

## Fernando Molica

### Vieira ajudou ministros

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) errou feio ao pedir o indiciamento de três ministros do Supremo Tribunal Federal e do procurador-geral da República — e só dos quatro — numa CPI dedicada a apurar o crime organizado. É como se carimbasse na testa dessas autoridades o carimbo de quadrilheiros.

Há motivos para, em maior ou menor grau, desconfiar de atitudes tomadas por Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Paulo Gonet: mas onde estão os demais, integrantes ou chefes do crime organizado no país? Há, no próprio Congresso Nacional, pessoas tão ou mais suspeitas que os citados. Bastava abrir o jornal para Vieira engordar sua lista.

Isso, sem falar em notórias organizações criminosas, como o PCC e o Comando Vermelho, e de dezenas de outras. A CPI teria feito um grande trabalho se ao menos tentasse mostrar as ligações dessas quadrilhas com tanta gente poderosa que as viabiliza. Pessoas ligadas à estrutura do Estado — não apenas à polícia — e a grandes empresas.

Delegado de polícia, Vieira sabe muito bem a falácia que é concentrar esforços no combate à face visível do crime, a espalhada nas periferias e no alto de favelas. Mas perseguir ligações entre os níveis de estruturas bandidas dá trabalho, requer esforço, investigação, cruzamento de dados; seria quase impossível uma CPI fazer isso, mas não custaria nada apontar caminhos e indicar alternativas.

Vieira, porém, tratou de inverter o mote consagrado em “Casablanca”: ao invés de prender os suspeitos de sempre, tentou indiciar os suspeitos da moda, autoridades — especialmente Moraes e Toffoli — que devem explicações no caso do Banco Master. Fez como Alfredo Gaspar (PL-AL), rela-

tor da CPMI do INSS, ao pedir, sem evidências, o indiciamento de Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente Lula.

Ao agir à moda Lava Jato, Vieira surfou na mesma onda política de Sérgio Moro e de Deltan Dallagnol; um tipo de erro que, no limite, favorece os próprios suspeitos: os ministros incluídos na lista têm agora uma ótima razão para alegarem que, no fundo, as alegações contra eles não passam de uma perseguição ao Poder Judiciário.

Como policial, o senador sabe que culpados adoram quando, no meio da confusão, são alvo de uma acusação injusta — passam a usá-la como prova de inocência.

Assim, a trapalhada cometida pelo emedebista dificulta a mais do que necessária reavaliação institucional do STF, que, tendo sido essencial na preservação da democracia, não soube se readequar; entre seus integrantes há os que se acham donos de poderes ilimitados, como se, em jatinhos virtuais, voassem acima de qualquer turbulência.

O erro de Vieira só ocorreu porque integrantes do STF deram margem a suspeitas, cometeram gestos que são, no mínimo, impróprios para integrantes de uma suprema corte. Uma coleção de fatos que inclui presença em eventos desnecessários, quase sempre patrocinados por gente enrolada em processos, e o estímulo à uma espécie de advocacia de parentela, em que o sobrenome do defensor é mais relevante que seu talento.

Quase todos os envolvidos pisaram na bola, ministros não agiram como membros do STF, Paulo Gonet, o procurador-geral da República, parece ter incorporado a lógica engavetadora de Augusto Aras e Geraldo Brindeiro. E o delegado Vieira atuou apenas como político.

## Tales Faria

### Flávio faz acordo contra candidata do PL e Motta paga dívida ao PT

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), deu uma demonstração pública de fidelidade ao governo e ao PT nesta terça-feira, 14, durante a campanha para eleição direta do representante da Casa no Tribunal de Contas da União (TCU).

Ele pagou a promessa de apoio a um candidato do partido governista para o cargo em troca do apoio do Palácio do Planalto à sua eleição para o comando da Casa, em fevereiro do ano passado. O nome escolhido pelos petistas foi o do ex-líder da bancada Odair Cunha (MG).

A estratégia adotada por Hugo Motta foi a de incentivar o lançamento do máximo de candidatos para evitar uma polarização que poderia beneficiar a oposição.

Para isso, ele primeiramente convenceu os líderes que o apoiam a apresentar nomes de seus partidos. Como a eleição é em apenas um turno, a tendência, com vários candidatos, seria a vitória de quem teria o seu apoio e do governo.

Um dos candidatos, Gilson Daniel (Podemos-ES), denunciou da tribuna. “Eu sei que cada deputado aqui foi chamado a votar de acordo com o que foi acertado entre líderes; sei que todos nós sabemos o que houve aqui”, denunciou, se dizendo candidato independente.

O acordo era de conhecimento de todos os parlamentares na Casa. Motta chegou a insistir com alguns candidatos, pessoalmente, que participassem do combinado. Nem sempre conseguiu convencer,

mas, em alguns casos ficou seguro - e satisfeito - ao saber que não haveria desistência.

Um dos candidatos, a quem ele visitou em casa na segunda-feira à noite foi Danilo Forte. Mas ele respondeu que sua candidatura era “para valer” e que faria campanha para derrotar o nome do PT. “Você até o final, pode escrever” disse Fortes à coluna antes da votação. E cumpriu.

A oposição, liderada pelo PL, entendeu a estratégia de Hugo Motta. O próprio candidato do partido a presidente da República, senador Flávio Bolsonaro (RJ), entrou na campanha. Para tentar diminuir o número de candidatos. Ele procurou seu amigo de longa data e presidente nacional do União Brasil, Antonio Rueda. Propôs fecharem acordo de desistência da candidatura de Elmar ou de Soraya para unificar a oposição.

Flávio já tinha conseguido, pouco antes, a desistência da candidata do partido Novo Adriana Ventura (SP). Estavam inscritos como candidatos até o início da sessão de votação seis nomes:

Danilo Forte (PP-CE), Hugo Leal (PSD-RJ), Elmar Nascimento (União-BA), Gilson Daniel (Podemos-ES), Odair Cunha (PT-MG), Soraya Santos (PL-RJ), e Soraya Santos (PL-RJ).

Mas Elmar anunciou logo no início que Soraya anunciaria o acordo entre o PL e o União Brasil. Ou seja, que um deles desistiria, conforme Flávio e Rueda acertaram. Foi o que a deputada fez, argumentando que os dois chefes partidários acertaram que indicarão uma mulher para a “próxima vaga do TCU e do STJ” (Superior Tribunal de Justiça).

## Carlos Zarattini\*

### Em Campinas, Tarcísio anuncia obra enquanto a saúde entra em colapso

Tarcísio de Freitas veio a Campinas anunciar a construção de um novo hospital com 400 leitos. O problema é que a obra, recém-licitada, tem prazo estimado de 36 meses, enquanto o colapso da saúde já está instalado. Hospitais de referência operam muito acima da capacidade, cirurgias eletivas do SUS foram suspensas e a população enfrenta o caos no atendimento. O governador tenta capitalizar politicamente a promessa, mas o problema exige resposta imediata.

A situação em Campinas é dramática. O pronto-socorro do Hospital de Clínicas da Unicamp chegou a operar com 394% de ocupação. No Hospital PUC-Campinas, a taxa atingiu 365%, com pacientes em macas pelos corredores e suspensão, por tempo indeterminado, das cirurgias eletivas do SUS. Nos hospitais Mário Gatti e Ouro Verde, a ocupação variou entre 93% e 100%. Diante desse quadro, anunciar uma obra para daqui a três anos não responde à urgência de quem precisa de atendimento agora.

O governador tenta vender o Hospital Metropolitano como solução futura, mas evita enfrentar o problema imediato de uma rede regional que já opera no limite. Tarcísio também agravou a instabilidade do HC da Unicamp ao manter pendências nos repasses do SUS Paulista, num momento em que o hospital acumulou déficit superior a R\$ 100 milhões e permaneceu como uma das principais referências de alta complexidade da região.

A gravidade do problema aumenta porque a pressão do governo estadual não recai sobre qualquer unidade. O HC da Unicamp integra um dos mais importantes complexos públicos de saúde do país. Reúne assistência, ensino, pesquisa e formação profissional, com impacto direto sobre Campinas, Sumaré e toda a região. Ao atrasar repasses, sufocar financeiramente esse sistema e defender sua autarquização, Tarcísio enfraquece um modelo público que fez da Unicamp referência nacional em saúde

e abre caminho para a privatização sob outro nome.

A crise em Campinas também expõe problemas acumulados na gestão local. Nos últimos anos, houve redução do investimento por usuário cadastrado na rede pública municipal, mesmo com o aumento dos repasses federais, que passaram de cerca de R\$ 412 milhões, em 2022, para quase R\$ 530 milhões, em 2025. Em vez de fortalecer a estrutura pública, a administração permitiu o enfraquecimento progressivo da rede, sobretudo na base do atendimento.

Isso fica visível na atenção básica. Em vez de recompor equipes e fortalecer o atendimento direto, a gestão concentrou parte de sua reorganização em funções ligadas ao controle de contratos terceirizados. A terceirização das UPAs não resolveu a falta de assistência. Sem acesso adequado aos centros de saúde, hoje sucateados, a população corre para hospitais que já não têm onde acomodar ninguém.

O quadro se repete no Centro de Saúde Centro. Em março, trabalhadores da unidade anunciaram a suspensão das atividades de rotina em carta aberta à comunidade, após relatarem episódios de violência, agressões a profissionais, déficit de médicos, superlotação, falta de segurança e descaso da administração municipal. O caso mostra o efeito direto do enfraquecimento da atenção básica, quando a precariedade deixa de ser pontual e passa a comprometer o funcionamento do serviço.

A crise da saúde em Campinas não surgiu de repente. Ela foi produzida pelo desmonte da atenção básica, pela terceirização e pela omissão diante do esgotamento da rede. Tarcísio tenta agora transformar uma obra de longo prazo em resposta política para um sistema que exige providências imediatas. Saúde pública não pode virar peça de anúncio enquanto faltam leitos, atendimento e recursos para sustentar o SUS onde ele já existe e funciona.

\*Economista pela USP e deputado federal pelo PT/SP